



GT 38. Estudos etnográficos no mundo dos psicoativos

Coordenador(es):

Edward John Baptista das Neves MacRae (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Regina de Paula Medeiros (PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Nos últimos anos, o campo do estudo do uso de substâncias psicoativas, até recentemente apanágio quase exclusivo dos estudos em saúde ou direito, vem também se desenvolvendo de forma muito rápida na antropologia. A nova, mas não inédita, atenção dada aos seus aspectos culturais traz uma série de implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas. Destacam-se aí conflitos entre abordagens teóricas baseadas no interacionismo simbólico e as norteadas pela teoria ator-rede e as questões metodológicas relacionadas a uma maior ou menor participação nas práticas pesquisadas e na militância de diferentes movimentos sociais. Surgem diversas indagações. Pode/ deve o pesquisador usar substâncias psicoativas em campo junto com seus interlocutores? Qual o lugar da autoetnografia? Tampouco podem ser deixadas de fora questões éticas relacionadas ao estudo de populações com práticas ilícitas ou socialmente estigmatizadas. Que proteção se oferece aos sujeitos da pesquisa? E aos pesquisadores? Pensando nestas, propõe-se um grupo de trabalho para refletir sobre instrumentos metodológicos-teóricos-éticos que possibilitam a compreensão dos contextos sociais onde pesquisadores investigam distintas práticas de uso de psicoativos, sejam eles lúdicos, espirituais ou terapêuticos possam trazer à discussão os vários dilemas encontrados em seus estudos.

Doping acadêmico: o consumo de Ritalina entre estudantes universitários de Salvador

Autoria: Igor Fidelis Maia (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Este work trata da relação entre universitários usuários de Ritalina e uma cultura de produtividade em ambientes como a universidade, pensando na inter-relação entre o setting ou contexto social (ZINBERG, 1984) e o consumo desses psicoativos. Através de entrevistas com usuários e observação participante em contextos de uso, procuro compreender como se dá nesse caso a dinâmica entre drogas, sujeitos e sociedade. Este medicamento psiquiátrico é oficialmente indicado para doenças como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Narcolepsia, mas utilizado de forma não prescrita para aumentar os rendimentos cognitivos. É denominado quimicamente de metilfenidato, sendo classificado como uma substância com semelhanças estruturais com as anfetaminas e que só pode ser vendido com retenção de receita. A Ritalina é procurada em sua forma não prescrita pelo seu efeito estimulante, que reduz a fadiga mental e prolonga o tempo de estudo, mas também pelo aumento na concentração, fazendo com que seus usuários foquem em determinada tarefa e não se distraiam. Com este intuito de potencializar o desempenho em atividades de leitura e escrita, geralmente é consumida entre universitários ou pessoas que estão buscando a aprovação em processos seletivos para cargos públicos. Essa prática instiga seus usuários a estudar durante longas horas com concentração acentuada, facilitando atingir, dessa forma, um desempenho superior ao usual em provas, concursos, works acadêmicos, etc. Existe farto material de cunho sociocultural que analisa este medicamento em situações-problema relacionadas ao consumo indevido, porém, a literatura antropológica carece de descrições mais aprofundadas dos ritmos de utilização, técnicas de ingestão, níveis de disponibilidade das substâncias, sendo possível apreender essas variáveis através de um acompanhamento aproximado com os usuários.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: